

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA:  
POSSIBILIDADE PARA UM ENSINO POLITÉCNICO DE ESCOLA UNITÁRIA?**

Marize Souza Carvalho

---

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a política de formação continuada implementada em 2013 pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia para os docentes que atuam da Educação Profissional da rede pública de ensino, cuja diretriz maior da formação no Projeto Político Pedagógico é de uma educação Politécnica e da proposta de Escola Unitária. Neste, artigo são esboçados os fundamentos teórico – metodológicos e pedagógicos da proposta, considerando a responsabilidade do Estado em elevar a formação como política pública de Estado, nas condições objetivas e com consistente base teórica, capaz de instrumentalizar os docentes a para um trabalho pedagógico que assuma as demandas históricas de formação da classe trabalhadora e de seu projeto histórico e qualificando o ensino.

**Palavras-chave:** Educação Profissional. Formação de professores> Educação politécnica  
Escola Unitária.

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA: POSSIBILIDADE PARA UM ENSINO POLITÉCNICO DE ESCOLA UNITÁRIA?**

### **1 INTRODUÇÃO**

A década de 2000 já está sendo reconhecida pelo recrudescimento tanto no plano teórico, didática e crítico, quanto em inovações de políticas de Educação Profissional no Brasil. Na Bahia observa-se significativa expansão da oferta na rede pública do Estado, que passou de cerca de 4 mil matrículas em 2006 para mais de 80 mil em 2014, demandando para os agentes formulação de políticas públicas de Formação de Professores para atendimento desta modalidade. Tais aspectos levou a Secretaria de Educação do Estado (SEC), por meio da Superintendência da Educação Profissional (SUPROF), em 2013 a construir em parceria com a Universidade Estadual da Bahia(UNEB), uma proposta de formação continuada para os professores que atuam nos Centros Estaduais e Territoriais – CEEP e CETEP, e Unidades Escolares compartilhadas – UC que integram o sistema público de ensino da Educação Profissional.

Esta política explora elementos teórico-pedagógicos que se consolidaram no Brasil a partir da publicação do Decreto 5.154 de 23 de Julho de 2004, o qual restabeleceu a articulação entre Educação Básica de nível Médio e a Educação Profissional. Tem como referência uma prática de formação humana, omnilateral, discutindo e ampliando os referenciais dos educadores sobre os fundamentos filosóficos, pedagógicos da Educação Profissional no currículo, na organização do trabalho pedagógico e no trato com o conhecimento, com intermediação na proposta dos elementos teórico-metodológicos da Politécnia e Escola Unitária, visando fortalecer a construção de outra situação, superadora da educação dual para quais foram historicamente submetidos a classe trabalhadora no país e no Estado.

A formação dos educadores e educadoras em desenvolvimento foi repensada nas seguintes condições: reconhecimento que um Programa de Formação insere-se no conjunto das ações da Política Estadual da Educação Profissional, com condições igualitárias de participação para todos; garantia de infra-estrutura, logística (transporte hospedagem, alimentação) materiais didáticos; bem como, formação de formadores e de pessoal técnico administrativo e de acompanhamento do desenvolvimento e resultados do projeto proposto. Assim, na conjuntura da política de educação do estado, a formação é uma ação estratégica para universalização e consolidação da política de Educação Profissional, como também, possibilita à universidade, os grupos de pesquisa e de ensino, aproximar-se das unidades de ensino – CEEP, CETEP e UC, tendo como o objetivo construir uma proposta de educação mais próxima aos interesses e necessidades da classe trabalhadora. Tal desafio decorre segundo o projeto em primeiro lugar, por compreender que a luta pelo acesso a educação, socialmente qualificada, exige a organização e mobilização de gestores, professores, alunos e comunidade para o enfrentamento do modelo social e econômico de bases capitalista que imprime a precarização e desqualificação da escola, e a expropriação do conhecimento e a exclusão do aluno-trabalhador do processo escolarização.

Assumida como política pública de Estado, a Educação Profissional da Bahia acumula em 2015, uma oferta de mais de 80 mil matrículas, distribuídas em 34 Centros Estaduais e 32 Centros Territoriais de Educação Profissional e 89 Unidades Escolares, em 27 Territórios de Identidade distribuídos em 119 municípios baianos. São 12 Eixos Tecnológicos diversos, correspondendo a 80 cursos (Censo Escolar 2011). Para sua consolidação, estabeleceu-se entre 2007 e 2010 um marco regulatório mínimo, imprescindível a sua institucionalização por meio da Lei nº 10.955 de 21 de dezembro de 2007 e do Decreto 11.355, de 4 de dezembro de 2008, criando os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional, espaços estratégicos de atendimento às demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Caracteriza-se pela oferta de: Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (EPI) – para estudantes concluintes do Ensino Fundamental; Subsequente (PROSUB) – Educação para estudantes concluintes do Ensino Médio e que pretendem ter uma formação técnica profissional específica; Educação Profissional para Jovens e Adultos (PROEJA Fundamental) e (PROEJA Médio) – Educação Fundamental II (anos finais, 6º ao 9º no ano) Educação do ensino Médio, ambas com qualificação profissional, destinada ao estudante a partir de 18 anos de idade, que e não teve oportunidade de concluir o ensino fundamental e Médio e que deseja a qualificação socioprofissional; e Concomitante – Educação Profissional Técnica de nível médio realizado em concomitância com o Ensino Médio Geral em turno oposto. Tais articulações não são apenas nomenclaturas, corrobora com o saber fazer com os demais saberes, assegurando o que chamamos de formação integrada aos diversos campos do conhecimento. Segundo as Diretrizes da Educação Profissional (CNE/CEB, 11/2012), a formação integrada à Educação Profissional Técnica, em quaisquer das suas formas de oferta, traz a concepção que a formação geral do/a aluno/a deve se tornar inseparável da formação profissional e vice-versa, em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, sejam nos processos educativos, tais como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio; seja na formação inicial ou qualificação profissional, seja na Educação Profissional Técnica e ou na Tecnológica, bem como nos demais cursos superiores.

Apesar da forte expansão da oferta de Educação Profissional, a pesquisa desenvolvida pelo DIEESE/SUPROF permitiu avaliar a matriz de problemas, que afetam a rede pública de ensino da Educação Profissional:

Trata-se de construir indicadores, quantitativos e qualitativos, que permitam avaliar a evolução da oferta de Educação Profissional – número de vagas, adequação e qualidade – em relação às demandas e necessidades oriundas do mundo do trabalho e do desenvolvimento dos territórios de identidade ( SUPROF/DIEESE, 2012, p.23).

A pesquisa constatou mesmo após a expansão: oferta insuficiente na cobertura de matrícula com indicadores regionais desiguais e sua inadequação dos cursos às demandas e necessidades do desenvolvimento dos territorial e do mundo do trabalho; poucos marcos regulatórios; qualidade e adequação dos cursos para atender as demandas e necessidades de Educação Profissional em um Estado com a diversidade de biomas e de produção como a Bahia; insuficiência de docentes seja na quantidade ou na qualidade. Ou seja, além da quantidade de docentes, a qualidade dos cursos oferecidos pela rede depende também da qualificação e formação desses professores. Esta questão engloba tanto a formação dos docentes, em termos de graus de escolaridade adquiridos, quanto a qualificação específica e formação continuada (DIEESE/SUPROF, 2012).

Os problemas enfrentados pela rede, também dizem respeito à teoria educacional e pedagógica que orienta a prática educativa e a forma como essa prática se desenvolve.

Segundo Freitas (1995), há problemas na “organização do trabalho pedagógico”, que se refere ao trabalho desenvolvido na escola, incluindo a sala de aula, e também a organização do trabalho da escola como um todo, ou seja, a relação desta com a comunidade. Os problemas que a escola enfrenta têm, no âmbito da organização do trabalho pedagógico, relação com a função social que ela desenvolve no sistema de produção capitalista: dada a pressão que a classe dominante exerce sobre a escola, esta tende a reproduzir os valores do capital. Contraditoriamente, se desenvolvermos o trabalho pedagógico numa perspectiva favorável aos trabalhadores, a escola cumpre o seu papel de assegurar o acesso à cultura elaborada e pode também ser um espaço de contestação e não meramente de reprodução social. Outro problema detectado foi o tipo de formação dos professores. Nos momentos em que os professores são formados, ou nas poucas vezes em que estes participam de cursos de aprofundamento, a base teórica desenvolvida não

tem a densidade suficiente para que os professores entendam a realidade atual na sua essência, de modo a perceberem contradições da sociedade capitalista; e, principalmente, disponham de “ferramentas” teóricas suficientes para intervir na realidade, transformando também a sua prática pedagógica. Mas, não basta constatar ausências e dificuldades. Além de constatar, eles tem que ser capazes de explicar o que determina esta situação. E esta explicação tem que ir a raiz da gênese e da história.

Trata-se de compreender a importância fundamental do trabalho, como princípio fundante na constituição do gênero humano, e sob a contingência das necessidades dos trabalhadores, “o trabalho deve não somente preparar para o exercício das atividades laborais – para a educação profissional nos termos da lei em vigor, mas também para a compreensão dos processos técnicos, científicos, e histórico-sociais que lhe são subjacentes e que sustentam a introdução das tecnologias e da organização do trabalho” (FRIGOTTO, 2012, p.751). Assim, a justificativa deve ser recolocada para responder sobre o que fazer, levando em conta as problemáticas significativas da Educação Profissional, responsabilidade da política de formação na organização do trabalho pedagógico da escola e na sala de aula, na definição de um projeto político pedagógico, no currículo e nos programas. Trata-se de avançar além da direção de constituir o ensino integrado como política pública educacional, fortalecer a rede de ensino com quadro próprio com formação específica para professores, gestores e técnicos administrativos e gerar concursos públicos, planos de carreira e a melhoria da estrutura física, material e tecnológica das escolas.

## 2 CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DA BAHIA

Conforme o Projeto Político Pedagógico da Educação Profissional no Estado, a formação inicial e continuada dos educadores deverá ser concretizada como direito humano e como ferramenta de desenvolvimento de transformação social (UNEB,2012). Tem como objetivo, formar educadores para atuação na educação profissional, aptos a fazer a gestão de processos educativos na escola e na comunidade (intervenção social), e desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos, capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculadas à construção de um projeto histórico da classe trabalhadora. O curso deverá conferir aos 1.620 professores dos 27 Territórios de Identidade com carga horária de 450 h, sendo 300 h/a presenciais e 150 h /a distância a Especialização em Metodologia de Ensino para Educação Profissional

Nesta proposta, a referência principal é a formação humana e o **mundo do trabalho**. O foco da educação é o educando, enquanto sujeito histórico, suas problemáticas e sua contextualização, seu ambiente sócio-ambiental e profissional. Com aprofundamento da concepção de conhecimento, ele se posiciona crítico ante a ciência moderna, ante aprendizagens e organização da escola. A proposta deverá incidir um outro trato com o conhecimento, considerando outra forma de organizar o trabalho pedagógico para formação humana, tendo o trabalho como princípio educativo, princípio mais geral da Política de Educação Profissional da Bahia.

Isto diz respeito como nos tornamos seres humanos nas relações sociais de produção e reprodução da vida: as formações econômicas e o modo de vida.

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independente da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sob a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual corresponde determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é

a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente determina a sua consciência (MARX, 1983).

Ao longo da história da humanidade, podemos constatar que, em diferentes formações econômicas, ocorreram relações de produção dos bens materiais e espirituais necessários para manter a vida. Esta é a primeira condição da existência de todos, visto que para garantir a sua vida o ser humano tem que criar as condições de sua existência e o faz no intercâmbio com a natureza e com os outros seres humanos pelo trabalho. Podemos verificar pelos fatos como se davam as relações do homem com a natureza e com seus semelhantes, no comunismo primitivo, no modo de produção asiático, no período do escravismo, no período feudal e agora, como se dão às relações no modo do capital organizar a produção dos bens materiais e imateriais. É do processo contraditório da vida material que se organiza a vida social política e espiritual. Pelo conflito entre as relações de produção (formas de propriedade e relações de trabalho) e de determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas (ciência, técnica, forças de trabalho).

Assim, ao assegurar as condições de existência, foi sendo desenvolvida a cultura, o conhecimento, e, dentro do qual, muito recentemente na história da humanidade, também o conhecimento científico e a ciência como força produtiva. De um modo de produção ao outro, podemos constatar como ocorreu e ocorre até a atualidade, a passagem do acervo cultural de uma geração a outra. A educação foi, portanto, enquanto fato histórico, se desenvolvendo na transição destes modos, dentro de condições objetivas que determinam os rumos que pode ter o processo de formação humana, ou seja, o processo de nos tornarmos seres humanos. Contudo, a vida material possui na história níveis de generalizações diferenciadas. As objetivações, produtos materiais e imateriais do trabalho humano passam a fazer parte da história dos homens, e passa com isso a influenciar e sofrer influencia dessa história. O que ele cria é transmitido para outrem, formas, culturas se generalizam e se universalizam formando o *SER* social. Resultado das relações de produção, as objetivações são sempre produto da construção social, mas o resultado material ou não, é apropriado por uma minoria detentora dos meios de produção e instrumentos de produção, ou seja,

o desenvolvimento do *SER* social jamais se expressou como igual desenvolvimento da humanização de todos os homens, ao contrário, até nossos dias o preço do desenvolvimento do *SER* social tem sido uma humanização extremamente desigual do legado histórico (NETTO, p.34, 2011).

Nessa perspectiva, identificamos como um panorama de sociedades alienadas. Dito de outra forma, e ainda na visão de Netto (2011), a riqueza de toda sociedade é composta pelo acúmulo, ao longo do tempo, daquilo que as gerações vão produzindo: estradas, fábricas, fazendas, prédios, cidades, portos, navios, conhecimentos, etc., na medida em que vão sendo produzidos, aumentam a riqueza total da sociedade ao mesmo tempo em que avançamos produzindo humanização, retrocedemos nesta mesma humanização: produz-se ciência filosofia, arte e literatura tecnologia etc. Produz-se guerra, violência, miséria, fome, doenças, destruição do meio ambiente. Mesmo assim, o motor da história ocorre com as transformações econômicas e sociais e a luta de classe.

Na atualidade, a orientação da educação é, portanto, determinada pelas relações trabalho-capital, onde prevalece à necessidade do capital de reestruturar o processo produtivo (reestruturação produtiva) incrementando a ciência e tecnologia para aumentar a produtividade e os lucros<sup>1</sup>; ampliar mercados consumidores através da formação de áreas de livre comércio; de

---

1 Reestruturação produtiva é uma estratégia do capital para recompor sua hegemonia. Edmundo Dias (1997) em sua obra apresenta elementos consistentes a respeito

repartir o mundo entre os imperialistas, objetivando o domínio de reservas energéticas, matérias primas, mão de obra barata; realizar reformas estruturais no Estado derrubando conquistas dos trabalhadores; e amenizar os impactos da pobreza inerente ao capitalismo

Esta é a grande contradição da educação na atualidade. A educação que deveria servir para a emancipação, para a desalienação, serve para a dominação, para a reprodução (MESZAROS, 2002, 2003, 2005, 2006). E isto se dá de maneira violenta conforme poderemos constatar com fatos e dados da educação em geral, e especificamente na educação profissional ao longo da história.

Desse modo, a Educação Profissional da Rede Pública na Bahia, esforçar-se para superar na prática o modelo histórico de educação profissionalizante: instrumental, imediatista técnica direcionada ao ensino polivalente. Para além de uma formação técnica com conhecimento empírico, a Educação Profissional demanda subjetividade, abstração e aprofundamento do conhecimento científico. Não é tão somente saber manipular instrumentos básicos, exige-se do estudante caráter criativo e crítico, autonomia, discernimento, julgamento, bem como, compreensão dos determinantes sociais, econômicos e políticos das ações com união da destreza e do fazer com a inteligência e o pensar, num nível superior (MACHADO, 1990).

A Educação Profissional tem suas raízes históricas na Educação marxista da Escola do Trabalho, denominada de Educação Politécnica ou Tecnológica. Na práxis política e pedagógica, verifica-se que a Politecnicidade aponta uma direção antagônica a perspectiva de subordinação unidimensional das relações capitalistas. Ou seja, o ensino Politécnico, cuja base teórica social é o materialismo histórico dialético, considera o desenvolvimento histórico da ciência e a técnica para desenvolvimento humano, e não, da produção.

Na atualidade brasileira, o termo foi recolocado nas lutas dos movimentos sociais e setores progressistas no início da década de 1990, em oposição a reestruturação produtiva frente a crise do capital e a política neoliberal de educação. É recente e representa a resistência da classe trabalhadora, ou seja, daqueles que vivem de sua força de trabalho, na luta pelo direito a serem humanos e, portanto, a acessarem os bens culturais, entre os quais, a escola, e a educação escolarizada. Em sua especificidade conjuntural e social sofre as determinações do atual estágio do modo de produção capitalista no Brasil com influência de análise da da Pedagogia Libertadora, Pedagogia Histórico-Crítica, e da Pedagogia Socialista. Neste aspecto, política de formação de educadores para Educação Profissional exige reflexões inerentes à construção de novas possibilidades para a transformação da realidade da rede de ensino, tais como: O que significa, na atual conjuntura, a escolarização, formação da educação profissional politécnica dialética no contexto do sistema capitalista? Quais as possibilidades de construção de uma educação comprometida com a formação humana que supere a formação alienada? Quais os elementos fundamentais para a organização do trabalho pedagógico de educandos e educadores numa perspectiva para além do capital? Como alterar a organização do trabalho pedagógico nos CEEP, CETEP e UC que integram o sistema de ensino?

Essas questões impõem aos formadores pensarem estratégias que promovam transformações no agir de toda a comunidade escolar – professor, aluno, pedagogos, movimentos sociais – e nas ações pedagógicas da sala de aula – objetivo, conteúdo, avaliação, método – considerando as necessidades da educação na especificidade da educação profissional politécnica.

Isso implica em superar uma relação mecânica entre trabalho e ciência para torná-las parte orgânica da vida escolar dos estudantes. Sendo o trabalho a categoria fundante do ser social, deve ser ela o princípio da educação. Porém, não é qualquer tipo de trabalho humano que deve estar na escola, mas sim, o próprio estudo do trabalho humano socialmente útil que determina as relações sociais entre os seres humanos.

É neste escopo que a dimensão do trabalho apresenta sua importância na educação e podemos perceber ainda, a partir dele, a relevância da ciência e da tecnologia na tarefa de melhoria

das condições de vida e na possibilidade de dilatar o tempo livre do ser humano. Trata-se, segundo Ciavatta (2010, p.85), de uma educação voltada à superação da divisão social do trabalho determinado por uma sociedade cindida em classes, de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado e desobrigado dos conhecimentos que estão na gênese científico-tecnológica e na sua apropriação sóciohistórico-cultural.

Trata-se de assumir, no que é possível nos limites da estrutura e da organização, uma educação politécnica, no sentido de combinar a inserção direta dos/as jovens e adultos/as trabalhadores/as, em formas mais avançadas de trabalhos associativos e cooperados. Isto foi delineado na proposta da Escola do Trabalho de Pistrak (2000), e da Escola Unitária de Gramsci (1930), para ambos, o que favorece a solução de problemas escolares de forma orgânica entre conteúdos escolares e problemáticas da realidade atual é o método científico para a resolução desses problemas, pautados pelas demandas, necessidades e apropriação da vida pelos educandos. Pois, as relações de dominação, as problemáticas, as expressões das questões sociais estão dadas na relação capital-trabalho. A organização do trabalho pedagógico na escola pode estudar as formas de trabalho socialmente útil que determina as relações sociais dos seres humanos, sobre a qual se edificam a vida e o desenvolvimento da sociedade (PISTRAK, 2000).

O desafio está em investir numa organização curricular e pedagógica que possibilite uma contra hegemonia a produção social vigente que precariza e desqualifica a escola e expropria do conhecimento milhares de trabalhadores da escola pública. Assim, é necessário recuperar as experiências históricas de organização da escola em outra perspectiva de formação humana e de projeto de sociedade, em que o trabalho como princípio educativo é o fundamento da escola, não o trabalho na sua forma alienada, assalariada, subsumida ao capital, mas, sim o trabalho enquanto fundante do ser social (PISTRAK, 2009, 2000).

Neste sentido, é impossível discutir Educação Profissional Politécnica e ou Tecnologia sem a compreensão da base material, necessários para enfrentar os problemas encontrados na Educação Profissional. Isto nos leva alguns questionamentos: Quais as possibilidades e limites da formação escolar numa sociedade desigual, instituída de uma cultura alienada com alto índice de desemprego estrutural. O que é prioritário? Que conhecimento, que escolarização responderia às demandas por formação da classe trabalhadora?.

Almeida (2010) defende que, para alterar a organização da escola, é necessário ter as condições concretas e objetivas para apreender o conhecimento necessário à teoria educacional, com base em um projeto histórico, que explique de forma radical as contradições da sociedade capitalista. Que é necessário também reconhecer as categorias da escola capitalista, pois são elas que balizam e conformam os interesses e objetivos da classe dominante, sendo que as mesmas apresentam-se num movimento dialético, e expressam-se na dinâmica da escola e da sala de aula.

Fundamentado no Trabalho como Princípio Educativo, Antonio Gramsci desenvolveu nos anos 1930, a escola única inicial de cultura geral, a Escola Unitária. Com esta pode desenvolver densa crítica à escola dual, seja elementar, média ou superior. Sua concepção de escola traz uma educação que supera a organização do pensamento teórico como hegemônico, em detrimento do executar do fazer, do laboral, do técnico, rejeitando a tradição histórica perpetuada pela educação elitista burguesa que pactuou (e ainda pactua) com a supremacia do pensamento teórico/filosófico, selecionando os conhecimentos científicos específicos para aqueles que vão pensar e os conhecimentos técnicos para aqueles que vão executar. A concepção de Escola Unitária intencionou que a educação propiciasse aos filhos da classe trabalhadora condições para superar as enormes dificuldades entre pensar e aprender, teoria e prática e, ao mesmo tempo, inseri-los no processo produtivo, com o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.

Assim, para Machado (2013) a base unitária da escola Gramsciana tem como perspectiva:

- A formação integradora em todas as suas dimensões: cognitiva, ética, política, afetiva, etc.;
- Unificação da educação com trabalho, ciência, tecnologia e cultura;
- Currículo integrativo, de síntese, da universalidade concreta a ser realizada a partir do contexto real e sensível dos alunos e comunidades;
- Unidades de aprendizagem globalizadoras e aglutinadoras de conteúdos diversos (núcleos unitários);
- Resgate dos educandos como sujeitos históricos, como participantes ativos.

#### Finalidades

- Formação geral e tecnológica compatível com as exigências do trabalho na contemporaneidade e a conformação de uma nova concepção de sociedade;
- Desenvolvimento da maturidade e capacidades de pensar, estudar, criar, de se orientar e ter iniciativa para a inserção de forma crítica e ativa na vida social;
- Formação da autodisciplina intelectual, da autonomia moral, dos valores fundamentais para o exercício do controle sobre os dirigentes e a constituição da nova sociedade.

De forma embrionária já aparece nos discursos dos educadores respostas a esta indagação. Durante o módulo 1 (Trabalho – Educação), os alunos da turma A, do curso Metodologia de Ensino para Educação Profissional, embora percebam nas escolas uma prática predominante tecnicista e tradicional, exemplificam um avanço na educação profissional da Bahia, a partir das matrizes curriculares implantadas em 2011.

[...] as matrizes curriculares prevêem uma formação técnica geral, técnica específica, propedêutica, teórica, prática e com intervenções sociais por meio do estágio curricular. E agora com o curso, os professores em formação “terão um instrumento teórico para ajudar os estudantes a avançarem do conhecimento empírico para o conhecimento científico, sendo capazes de atuarem de forma crítica/reflexiva em buscar da sua autonomia:

Para estes,

a prática da formação politécnica é extremamente interessante para a emancipação da educação, uma vez que busca o desenvolvimento e a implementação de um novo paradigma, que entende e prepara o aluno, como um indivíduo amplo, consciente e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador, e criativo, pautadas em conceitos, princípios tecnológicos e organizativos do trabalho, gestão social e suas diversas formas de intervenção na sociedade.

Em suma, considerando a experiência e a ontogênese do ser humano, e a história da educação nas formações econômicas, bem como, a perspectiva de um projeto histórico para além do capital, a Educação Profissional da Bahia pretendente dar rumos e influenciar decisivamente na educação, e na formação dos educadores, enquanto uma possibilidade de formação humana, na perspectiva da emancipação de cada um e, da classe trabalhadora como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Roseane. **Síntese do Caderno Didático Organização do Trabalho Pedagógico**. Elaborado para estudos e Oficinas para o Encontro de Formação do Programa Escola Ativa. Março de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, SECAD, 2002.

FREITAS; Luiz Carlos. **Crítica a Didática e a Organização do Trabalho Pedagógico**. Campinas/SP: Papirus, 1995.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização. Brasileira, 1989.

ITERRA. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **II Seminário Nacional: o MST e a pesquisa**. Veranópolis: Caderno do ITERRA, ano VII, n. 14, dez. 2007.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Mudanças Tecnológicas e a Educação da Classe Trabalhadora. In: KUENZER, Acácia; PINTO, Ana Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs) Trabalho e Educação . 2.ed. São Paulo: Papirus. Coletânea CBE., 1990.

\_\_\_\_\_. Vídeo de Palestra de abertura do Curso de Especialização de Metodologia do Ensino para Educação Profissional.

MÉSZÁROS; István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2006

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. Biblioteca Básica de Serviço Social, v.1. São Paulo: Cortez, 2011.

PISTRAK. **A Escola Comuna**. São Paulo: Expressão Popular 2009.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.